



MINISTÉRIO DA SAÚDE  
SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE  
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA DAS DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS  
Coordenação-Geral do Programa Nacional de Imunizações  
SCS, Quadra 4, Bloco A, Edifício Principal.  
Brasília/DF, CEP: 70.304-000  
Tel. (061) 3213-8297

## NOTA INFORMATIVA Nº 159, DE 2016/CGPNI/DEVIT/SVS/MS

Informa a política de vacinação contra a influenza e avalia a possibilidade de ampliação dos grupos para a vacina e pedido de inclusão de toda a população, para recebimento da vacina influenza, na campanha anual nacional de vacinação.

### I. DA SOLICITAÇÃO

Da solicitação contida no Ofício nº. 096/2016, emitido pelo Deputado Federal Baleia Rossi, acerca da vacinação de toda a população, para recebimento da vacina influenza, na campanha anual nacional de vacinação, a Coordenação-Geral do Programa Nacional de Imunizações (CGPNI) vêm informar o que se segue.

### II. DA ESTRATÉGIA DE VACINAÇÃO CONTRA INFLUENZA NO BRASIL

As estratégias de vacinação no Brasil, a inclusão de novas vacinas no Programa Nacional de Imunizações e o estabelecimento de grupos populacionais a serem cobertos, são decisões respaldadas em bases técnicas, científicas e logísticas, evidência epidemiológica, eficácia e segurança do produto, somados a garantia da sustentabilidade da estratégia adotada para a vacinação.

Em função desses fatores são estabelecidas prioridades para vacinação, tanto na rotina quanto em campanhas, que são definidas com a participação das associações e instituições da comunidade científica e de profissionais, no âmbito do Comitê Técnico Assessor do Programa Nacional de Imunizações. Origina-se daí, a decisão por incluir um imunobiológico no calendário básico de vacinação do país, e vacinar um grupo ou segmento da população. O Ministério da Saúde considera, para a sua decisão final, uma multiplicidade de fatores que incidem na transmissão da doença e dos seus efeitos, alicerçando-se nos seguintes critérios:

a. A situação epidemiológica nacional da influenza, tendo como referencial a análise das ocorrências nas 26 unidades federadas, Distrito Federal e grandes regiões referentes aos grupos mais afetados, frequência e proporção de casos, taxas de incidência e mortalidade, gravidade dos casos, entre outros aspectos clínicos e epidemiológicos;

b. A capacidade operacional dos serviços de saúde para realizar a vacinação da população alvo dentro do prazo preconizado;